



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol XXV, número 2, jul-dez, 2020, pág. 431-448.

EDUCAR PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL E DE CARREIRA: UMA PROPOSTA PARA A INTERVENÇÃO NA ESCOLA

Janice Oliveira Teixeira Freitas
Gisele Cristina Resende

RESUMO

A escola possui a função de formar o ser humano e desenvolver habilidades para a vida, neste contexto a educação pode incluir o desenvolvimento da competência Trabalho e Projeto de Vida, previstos nas bases curriculares nacionais (BNCC), e refletir aspectos envolvidos na escolha profissional e de carreira dos estudantes. A educação voltada para a escolha da profissão e da carreira favorece o autoconhecimento, o conhecimento do mundo do trabalho para que os jovens possam delinear caminhos a serem percorridos para sua formação profissional. Neste trabalho apresenta-se uma reflexão teórica acerca do papel da escola na área de orientação profissional e de carreira e oferece-se um modelo de intervenção que pode ser adotado por psicólogos e adaptados por pedagogos para o trabalho no contexto escolar.

Palavras-chave: Escola. Orientação Profissional e de Carreira. Formação Humana.

ABSTRACT

The school has the function of training the human being and developing life skills. In this context, education can include the development of the Work and Life Project competence, foreseen in the national curricular bases (BNCC), and reflect aspects involved in the professional choice and students' career paths. Education focused on the choice of profession and career favors self-knowledge, knowledge of the world of work so that young people can outline paths to be taken for their professional training. This work presents a theoretical reflection on the role of the school in the area of professional and career guidance and offers an intervention model that can be adopted by psychologists and adapted by pedagogues for work in the school context.

Keywords: School. Career Guidance. Human formation.

Resumen

La escuela tiene la función de capacitar al ser humano y desarrollar habilidades para la vida. En este contexto, la educación puede incluir el desarrollo de la competencia del Proyecto Trabajo y Vida, prevista en las bases curriculares nacionales (BNCC), y reflejar aspectos involucrados en la elección profesional y trayectoria profesional de los estudiantes. La educación centrada en la elección de la profesión y la carrera favorece el autoconocimiento, el conocimiento del mundo del trabajo para que los jóvenes puedan delinear los



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

caminos a seguir para su formación profesional. Este trabajo presenta una reflexión teórica sobre el papel de la escuela en el área de orientación profesional y profesional y ofrece un modelo de intervención que puede ser adoptado por psicólogos y adaptado por pedagogos para el trabajo en el contexto escolar.

Palabras clave: Escuela. Orientación profesional y profesional. Formación humana.

Introdução

A escola possui uma importante função de socialização e formação humana. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2009, p. 994 *apud* SILVA e FERREIRA, 2014), cabe à escola, por ser uma organização cujo seus objetivos e resultados têm relação direta como os processos e meios relacionados à formação humana, a necessidade do fortalecimento das relações sociais, culturais e afetivas em seu ambiente, pois, contribui para a convivência humana em comunidade.

É na escola que as pessoas também aprendem a se relacionar e a ampliar seu repertório emocional, aprendem a lidar com regras e ocorre o desenvolvimento afetivo-relacional que as preparam para exercer seu papel enquanto cidadãs. Também é o local onde as perspectivas profissionais e de carreira começam a serem delineadas, o que abre espaço para trabalhos e projetos a serem desenvolvidos neste ambiente na área de orientação profissional.

Ao se promover a orientação profissional nas escolas, principalmente nas públicas, dá-se oportunidade sobre conhecimentos relativos à sociedade, conceitos quanto à escolha profissional, permitindo ao sujeito, maior discernimento para entrar no mundo do trabalho (BASTOS, 2005), que enfatiza que esse processo não deve ser considerada como um luxo para os mais privilegiados.

Pois é fundamental que os estudantes tenham conhecimento de si mesmos para atuar no mundo. Logo, considerar as escolhas e motivações do indivíduo se faz necessário, pois como afirma Aguiar (2006), os fatores



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

históricos, sociais e políticos influenciam na necessidade desse sujeito, vivenciado ou não. Porquanto, mesmo sem saber, são estes fatores que irão definir suas motivações e desejos, como sendo um processo subjetivo e pertinente a cada indivíduo.

Desta maneira, como alegado por Passarin (2016), a orientação profissional detém de uma importância crucial, como um dos suportes emocionais e técnico, dado o momento delicado dessa etapa vivida pelo sujeito, podendo proporcionar a reflexão e criticidade quanto às suas escolhas, preparando-o para uma nova etapa de sua vida.

A escola e a ação de educar para a escolha profissional

A educação, é considerada como um dos direitos sociais do cidadão, garantida no artigo 6º da Constituição brasileira de 1988. Constando também que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Incorre-se, portanto, abordar e conhecer sobre a escola pública

É uma instituição, cujo o Estado tem o dever de ofertá-la e mantê-la. A partir da Carta Magna de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da educação 9394/96, além de unificar uma lei de ensino para todo o país, a normatizou e regulamentou. De acordo com Silva e Lima (2017, p. 21746):

“Na Constituição de 1988, o papel da escola pública é formar para a cidadania, a partir do desenvolvimento integral dos sujeitos e da qualificação para o trabalho. A LDB/96 mantém a escola o papel atribuído na Constituição/88, porém, acrescenta várias legislações, a partir de 1996, estabelecem o papel da escola pública. Mas, será que há relações entre as leis e a realidade, entre as leis e as condições de trabalho na escola?”



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

O questionamento quanto às leis e a realidade das escolas públicas, como cita Silva e Lima (2017) transcorre pela incoerência entre o que se declara e a verdadeira realidade das políticas públicas nas escolas. Explicitando um desencontro entre o papel atribuído nos documentos legais e a realidade escolar, uma vez que, a legislação educacional estabelece o papel da escola, contudo não assegura as condições para que esse papel se efetive com sucesso.

Tal realidade da escola pública não pode ser deixada de lado. Sabe-se da falta de recursos ou a má administração dos mesmos, aliás, são inúmeras situações específicas do processo. Entretanto, mesmo com todas as situações adversas, a escola não deveria se omitir da ação de educar e de pensar com urgência, estratégias de apoio aos alunos em sua “transição juvenil para a vida adulta”, auxiliando-os a pensarem, também, na escolha de uma profissão.

Para esses alunos, a escola é “um fator determinante na escolha profissional” (PASSARIN, 2016). Pois, a mesma, tem modificado a sua relação com os adolescentes ao não mais simplesmente ser um lugar com cursos profissionalizantes. Entretanto, ressalta que a educação básica busca favorecer o desenvolvimento pleno do ser humano, sem a preocupação da profissionalização, mas sabe-se que na atualidade, mesmo na educação básica é importante que os estudantes já consigam entender o papel de cada profissional na sociedade, a importância do trabalho e a notar as habilidades que possuem, pois sabe-se que o desenvolvimento da escolha profissional inicia-se com essa observação desde a infância. Portanto, como Piaget (1984, p. 62) afirma, “a meta da educação é a abertura para todos os possíveis”. Nesse sentido o autor aponta para uma educação que propicia um desenvolvimento abundante e proativo na construção do conhecimento, a educação propicia sonhar.

Com isso, a escola (de modo geral, seja pública ou particular) assume a responsabilidade de favorecer uma formação mais ampla, que pode ser adequada para a problemática da orientação profissional na escola. Diante de tais desafios questiona-se qual é a tarefa propriamente pedagógica do educador em relação a orientação profissional? É sabido que não se pode cobrar do



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

educador que faça o trabalho do psicólogo em orientar para a escolha profissional. Contudo, o educador, configura-se como um dos mediadores em criar espaços e canais de comunicação e participação com momentos de diálogos francos e autênticos sobre a orientação profissional. Pois, de acordo com Menslin (2010), o mesmo está em convívio direto com o aluno, no qual as mudanças acontecem.

O educador, pode então, criar espaços para a reflexão sobre as escolhas profissionais e favorecerá o crescimento dos estudantes e a libertação autêntica, citando um pensamento de um grande educador: “É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. (FREIRE, 1987, p.67) ou seja, a possibilidade de transformação de sua realidade por meio da educação, especialmente para que o estudante possa vislumbrar e clarificar sua escolha profissional.

Educação para a carreira e orientação profissional no contexto escolar

A educação para a carreira, nome adotado no Brasil, é uma modalidade de orientação vocacional/profissional no ambiente escolar e objetiva desenvolver um trabalho em todos os níveis educacionais para que o estudante possa compreender que o trabalho faz parte da existência humana e que a escolha profissional exige maturidade, conhecimento de si e do mundo. De acordo com Munhoz, Melo-Silva e Audibert (2016) a escola pode estabelecer conexão entre os conteúdos de disciplinas, oferecer atividades extra curriculares, como palestras e oficinas em todos os níveis de ensino.

De acordo com Passarin (2016), muitos alunos não poderão se dar ao luxo de escolher uma profissão por não conhecerem os programas de acesso e permanência estudantil dentro das universidades públicas. Por isso, é fundamental que haja um processo de educação para que o estudante consiga identificar as possibilidades de educação e trabalho, principalmente as ofertadas no Ensino Superior. Dando assim, real sentido as universidades públicas, que é o acesso principalmente daqueles que não podem pagar pelo



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

ensino privado e permitindo aos mesmos, possibilidades de satisfazer suas necessidades, de terem progressão social, educacional e cultural em uma sociedade.

Sabe-se que muitos jovens lutam por melhores condições de vida , Aguiar e Ozella (2008) ao se referirem sobre os adolescentes das classes mais pobres, descrevem que suas maiores dores e sofrimentos, são a falta de perspectiva, o medo do desemprego, pois mais do que escolher a profissão, colocam em dúvida se terão oportunidade de terem um trabalho. Surgindo a necessidade de integração entre educação e trabalho, pois se aproximam e podem trazer novas perspectivas para a vida (MELO-SILVA, MUNHOZ e SOARES, 2004).

Diante deste cenário, percebe-se a necessidade de educação para a carreira/orientação profissional no ambiente escolar, pois as carreiras não se descobrem, elas são construídas e desenvolvidas por meio da interação do sujeito com um contexto social próprio (ambiente físico, cultura local, grupos de interações: família e escola) e a escolha da profissão é apenas uma etapa da carreira e da vida (MUNHOZ, MELO-SILVA e AUDIBERT, 2016).

Sendo assim, um dos pressupostos a ser reforçado na ação de educar, principalmente no âmbito das escolas públicas, são as necessidades de políticas públicas, “enquanto conjunto de disposições que traduzem a orientação política do Estado, voltada para a Orientação Profissional em contextos educativos no Brasil” (MELO-SILVA et al, 2019).

Para se educar para a profissão e para a carreira requer formação do profissional e o conhecimento da área, de acordo com Ribeiro (2011), a nomenclatura orientação profissional, é a que melhor representa as necessidades contemporâneas e a história da área brasileira, demonstrando, portanto, que a:

“Orientação Profissional, enquanto intervenção, é definida como um processo que deve ser realizado ao longo da vida, que pode ter como finalidade trabalhar a escolha, a inserção



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

profissional ou o desenvolvimento de um projeto de carreira, com vistas ao desenvolvimento pessoal e social do sujeito. Esse processo pode ser realizado em diferentes contextos, de forma individual ou coletiva, por um profissional qualificado na área, considerando-se as questões sociodemográficas” (RIBEIRO, 2011, p. 50 e 51).

Contudo, conforme MELO-SILVA et al (2019) a Orientação Profissional no contexto escolar, continua ausente como prática sistematizada no sistema de ensino no Brasil. Não há um conjunto de competências ou de referências técnicas para orientar, mesmo tendo um esforço da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), a qual, precisa “acompanhar as proposições, divulgar as informações junto aos especialistas e manifestar-se junto aos legisladores e à comunidade. E, também oferecer parâmetros e referências técnicas tanto para a formação na área quanto para a oferta de programas e serviços” (MELO-SILVA et al, 2019, p. 13).

Conforme a constatação de que as ações quanto a Orientação Profissional nas escolas públicas e até mesmo em particulares são pontuais e não sistemática, “restritas a palestras de profissionais e eventuais atividades para as séries terminais do ensino médio, como visitas promovidas por instituições para divulgação de seus cursos” (MELO-SILVA, LASSANCE e SOARES, 2004 *apud* MELO-SILVA et al, 2019, p. 7). Percebe-se que um dos impedimentos da implantação do serviço em Orientação Profissional na rede pública, conforme Gonçalves e Lamas (2012, p.462) “é a falta de profissional especializado, além de problemas emergenciais, como dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais e socioeconômicos, que levam a Orientação Profissional para um segundo plano”.

Dessa maneira, dificilmente haverá avanços expressivos, demonstrando que há a dependência de movimentos individuais, com pequenas e superficiais mudanças na legislação, não referendando a obrigatoriedade o que deixa a



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

escola, em especial a pública, sem referencial legal de como oferecer e fomentar os serviços de orientação profissional.

Entende-se que há a necessidade de aproximar o poder Legislativo, isto é, aqueles que pensam e escrevem as leis da realidade escolar, de profissionais da área de educação e da orientação profissional, reforçando que qualquer ação de educar sobre a escolha profissional, emerge no contexto das diretrizes para a educação, que começa, em contextos educativos voltados à educação infantil e ao ensino fundamental, conforme Melo-Silva et al (2019, p.8):

“[...] as primeiras experiências escolares constituem as bases do desenvolvimento de muitas competências necessárias a um desempenho profissional que permita à pessoa o pleno uso de suas potencialidades e aspirações; constata-se a necessidade de oferta de atividades sistematizadas e contínuas que promovam o desenvolvimento de competências-chave para a carreira no contexto educacional”.

De imediato como a escola (pública ou privada) pode incentivar e apoiar o aluno para sua escolha profissional? Como não se omitir em orientar seus alunos na escolha de suas profissões? Haja vista, a oportunidade dada aos alunos, não ser magnificência, nem favor e sim necessidade para prosseguirem, desenvolvendo suas competências para adquirirem melhores oportunidades na vida.

Emerge, então, um caminho, que segundo Melo-Silva et al (2019), é através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no documento há a definição de que se deve haver “[...] mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. (BRASIL, 2017, p. 8). O mesmo documento define um conjunto de dez competências gerais: (i) conhecimento; (ii) pensamento científico, crítico e criativo; (iii) repertório



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

cultural; (iv) comunicação; (v) cultura digital; (vi) trabalho e projeto de vida; (vii); argumentação; (viii) autoconhecimento e autocuidado; (ix) empatia e cooperação; e (x) responsabilidade e cidadania. Os componentes curriculares devem ser desenvolvidos de maneira integral e durante toda a educação básica, pois se complementam e são facilitadores para o desenvolvimento das competências gerias para a vida. Destacando-se o “Trabalho e Projeto de vida, o qual, objetiva a valorização e a apropriação de conhecimentos e experiências para que o aluno possa entender o mundo do trabalho, fazer escolhas alinhadas à cidadania e a seu projeto de vida com liberdade e autonomia, criticidade e responsabilidade” (MELO-SILVA et al, 2019, p. 14).

Ao elaborar propostas de ação para o desenvolvimento desta competência, a escola pode oferecer a educação para a carreira e possibilitar que o estudante reflita e construa seu projeto de vida alinhado a um projeto profissional, respeitando-se suas características pessoais e o contexto no qual está envolvido.

Ao mesmo tempo, as atividades pertinentes a escola pública para a ação de educar para a orientação da escolha profissional podem favorecer e promover saúde, ao facilitar a compreensão das relações estabelecidas na sociedade e a transformar o universo de cada indivíduo, desde sua concepção de mundo para que ele possa agir de modo a transformar a realidade e superar os obstáculos que dela advêm (GONÇALVES e LAMAS, 2012, p.462). Podendo ser cada vez mais fundamentadas numa realidade que perpassa ao aluno da teoria à prática, compreendendo que a descoberta ou construção de novos conhecimentos é um processo social, porém, pessoal para o aprender também a fazer escolhas no período da adolescência.

A partir desta concepção, pode-se promover atividades de educação para a profissão e carreira no contexto escolar, partindo-se do princípio de que a orientação profissional e de carreira pode ser inerente e integrada ao processo educacional e laboral (MUNHOZ e MELO-SILVA, 2012), pois é compreendida enquanto um processo facilitador para a construção de um



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

projeto de vida, no qual estudantes e pessoas escolham a profissão e a carreira.

É constituído por intervenções que consideram o contexto no qual o sujeito esteja inserido, suas possibilidades de educação, de trabalho e seus interesses profissionais.

Oficina de Educação para a Escolha Profissional e de Carreira

Uma das formas de intervir na escola para ofertar a educação para a escolha profissional pode ser pelo modelo de oficinas, esse trabalho favorece a clarificação sobre o mercado de trabalho, as escolhas feitas na vida e as expectativas profissionais, além de favorecer autoconhecimento.

O modelo de oficina apresentado no Quadro 1 foi elaborado a partir de estudos na área de Orientação Profissional (ALBANESE, 2016; MUNHOZ, MELO-SILVA, AUDIBERT, 2016; MELO-SILVA, 2011; LUCHIARI, 1993). Ele pode ser executado por profissional com formação na área, isto é, com curso de aperfeiçoamento em orientação profissional ou de educação para a carreira, preferencialmente por pedagogos que em sua formação estudam a orientação educacional e/ou psicólogos que estudam as vocações e a orientação profissional.

Quadro 1 – Oficinas de Educação para a escolha profissional

OBJETIVO	ETAPAS	MÉTODO (Estratégias utilizadas)	RECURSOS
-----------------	---------------	--	-----------------



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p>Auxiliar os estudantes na escolha profissional, por meio de ações que ele possa conhecer a si mesmo (motivações e interesses) e também as possibilidades de construção de sua carreira, a partir de reflexões, dinâmicas grupais e intervenções neste espaço que favorece o desenvolvimento humano. Além de capacitá-lo para agir e planejar seu futuro, de uma forma que transforme a si e ao mundo.</p>	<p>A posposta são encontros com os adolescentes.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação e expectativas. 2. O que é trabalho, definição de trabalhar e oportunidade para conhecer o universo das profissões. Conhecimento do mercado profissional. 3. Autoconhecimento (quem sou eu: habilidades, interesses, valores). Avaliação dos Interesses Profissionais, Personalidade e inclinações, Maturidade para a Escolha Profissional. 4. Devolutiva aos adolescentes. 5. Devolutiva familiar, esclarecimentos. 6. Avaliação do processo. 	<p>Dinâmicas de grupos, Rodas de conversa, Testes psicológicos que avaliam: Interesses Profissionais e Maturidade para a Escolha Profissional.</p> <p>(quando as oficinas forem executadas por psicólogo).</p>	<p>Cartolina, folhas, pincéis, lápis, tintas, jornais, revistas.</p>
--	--	--	--

Fonte: elaboração das autoras.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

As oficinas podem ocorrer em semanas e em grupo de até seis estudantes, pois um número além desse, pode inviabilizar os aspectos de dinâmicas de grupo, pois trabalhar com grupos grandes causa ruídos na comunicação e dificulta a observação do profissional.

Ao iniciar as oficinas, orienta-se que haja o estabelecimento de um contrato entre os participantes e o coordenador da atividade, em que sejam firmadas as regras de participação nos encontros: tempo de duração (aconselha-se uma hora e trinta minutos para grupos), periodicidade e datas das oficinas, faltas, e responsabilidade de cada um no processo, pois é fundamental que os jovens se responsabilizem pela ação e que a participação seja voluntária, pois auxiliará na construção de uma escolha profissional autônoma (ALBANESE, 2016). Além disso, o vínculo de confiança entre os participantes favorece a expressão de afetos, emoções e perspectivas de vida, por isso também a importância de ressaltar o sigilo que deve existir no grupo, de modo que os participantes mantenham o respeito com a fala e a expressão do outro sem divulgar em espaços extra oficina.

O profissional ao desenvolver as oficinas precisa ficar atento aos participantes, favorecendo que todos tenham espaço de fala, que as atividades tenham a participação de todos e o profissional conseguir observar os comportamentos. Zimmerman e Osório (1997) sinalizam que os grupos apresentam características próprias, pois as pessoas desempenham papéis de forma consciente e inconsciente, demonstrando seu modo de interagir no mundo. Orienta-se que além do condutor (coordenador) da atividade haja um outro profissional e/ou estagiário na área da psicologia e educação para observar e anotar o que ocorre em cada encontro da oficina. As anotações são fundamentais para que o profissional consiga articular o desenvolvimento da oficina e ao final conseguir compreender cada estudante envolvido e oferecer as devolutivas pertinentes.

Cada etapa da oficina (proposta para ser desenvolvida em seis encontros) deve ser preparada com cuidado em relação aos limites e



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

possibilidades dos estudantes. Por isso, orienta-se que sejam observadas as anotações de cada encontro, pois podem ocorrer situações não previstas e exigirem um outro planejamento por parte do profissional, como afirma Freire (1987) é pela práxis que a ação é construída. Destaca-se que as etapas das oficinas, são planejadas de acordo com variadas técnicas que visam a participação e motivação de todos os envolvidos.

A primeira etapa, *apresentação e expectativas*, é caracterizada como o momento inicial em que o profissional irá conhecer um pouco da história de vida de cada jovem, as expectativas em relação à orientação, ou seja, os aspectos que o levaram a procurar esse tipo de intervenção e algumas das possibilidades que visualiza para si. Nesta etapa o profissional poderá observar como cada um interage no grupo, essa etapa pode ser conduzida em um ou dois encontros e com a utilização de dinâmicas de grupo para favorecer a fala e a interação, Lucchiari (1993) apresenta inúmeras técnicas.

Na segunda etapa, *O que é trabalho*, são refletidas as definições de trabalhar é a oportunidade para conhecer o universo das profissões, trabalha-se também o conhecimento do mercado de trabalho. Os jovens precisam entender que o trabalho perpassa os momentos da vida e que ele pode ter uma participação consciente neste campo, assumindo a responsabilidade de atuar no mundo. Nesta etapa é importante conscientizar o estudante de que o mundo passa por mudanças no trabalho decorrentes da globalização e do avanço da tecnologia, nas relações de trabalho o que exigirá adaptabilidade e engajamento com a construção das carreiras (MARQUES; OLIVEIRA E MELO-SILVA, 2019).

A terceira etapa, *Autoconhecimento*, favorece a clarificação de “quem sou eu”, as motivações que levam os estudantes a realizar escolhas, seus interesses profissionais, suas aptidões e principalmente os valores que norteiam sua vida. Conhecer a si mesmo é fundamental, assim como conhecer o universo no qual está inserido, as influências que recebe do ambiente, seja da família, da mídia e dos colegas e as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, para



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

conseguir traduzir as experiências significativas em escolhas de carreira (MELO-SILVA, 2011; ALBANESE, 2016). Nessa etapa podem ser utilizadas as dinâmicas grupais, testes psicológicos, exercícios de escrita e reflexão pessoal e compartilhados, não há um número limite de sessões. Mas, caso haja a aplicação de instrumentos psicológicos/testes recomenda-se observar a instrução de cada um deles em relação a administração para não deixar os encontros cansativos. Enfatiza-se que a utilização de testes pode ser útil no processo de orientação para conhecer os jovens envolvidos, e que os testes não são para a rotulação de pessoas, eles podem ampliar a visão do profissional (AMBIEL, 2016). Nesta etapa do autoconhecimento pode-se avaliar os interesses profissionais, motivações e inclinações de cada sujeito, as habilidades e aptidões específicas para cada área de conhecimento, aspectos de personalidade e maturidade para a escolha profissional, há na psicologia muitos instrumentos (testes objetivos e projetivos) com aprovação do Conselho Federal de Psicologia e reconhecidos padrões científicos, cabe ao profissional aprender sobre cada um deles (AMBIEL, CAMPOS e CAMPOS, 2017).

As *devolutivas*, a quarta etapa, são fundamentais para a compreensão do processo por parte dos estudantes, famílias e escola. O profissional convidará a todos a percorrerem a trajetória do grupo, apresentando os resultados encontrados e juntos poderão levantar conclusões e planejar os caminhos a serem desenhados para a escolha profissional, as possibilidades e a encontrar soluções para as dificuldades e limitações de cada um. Esse momento pode ser dividido em encontros com os jovens e com as famílias, sabendo-se que serão necessários mais de um encontro para refletirem.

Recomenda-se também que os participantes e profissionais avaliem o processo desenvolvido, para que possa haver compreensão do processo por parte dos envolvidos (estudantes, família e escola). Melo-Silva (2011) aponta que avaliar a intervenção favorece o aprimoramento da ação tornando-a mais eficaz e adequada à realidade.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Por fim, a educação para a orientação da escolha profissional é uma prática que pode favorecer desenvolvimento humano nos níveis emocional e relacional (quando o estudante pode conhecer a si mesmo e se relacionar em grupo), criação de possibilidades de vida e novas perspectivas para que o jovem possa sonhar com uma profissão e construir projetos concretos para seu futuro.

Considerações Finais

A educação para a escolha profissional é responsabilidade das escolas, elas tem o compromisso de favorecer o desenvolvimento de competências humanas, habilidades práticas e a formação integral do aluno, como previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e defendido por educadores e psicólogos que atuam no contexto educacional.

O modelo de oficinas para a escolha profissional com os estudantes, se insere na grande área de Orientação Profissional e de Carreira, configurando-se como uma ação que pode ser compreendida como educação para a carreira. É uma ação profissional que pode ser feita, no modelo apresentado por psicólogos que atuam em educação e em orientação profissional, pois o modelo apresentado utiliza de instrumentos restritos aos psicólogos. Entretanto, a ideia pode ser adaptada por pedagogos que estudam a área de orientação educacional e ser conduzida sem o uso de instrumentos psicológicos (os testes) de interesses, habilidades e maturidade para a escolha profissional.

Essa intervenção pode promover saúde e bem estar aos estudantes, além de desenvolver competências para a vida ao clarificar aspectos envolvidos na escolha profissional que podem subsidiar projetos de carreira. É uma intervenção que pode ser realizada com diferentes públicos, estudantes de escolas públicas e privadas, considerando-se que a elaboração de projeto de carreira é fundamental para o desenvolvimento do jovem permitindo a vivência de oportunidades de ensino e trabalho, diminuindo as desigualdades sociais e econômicas.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Referências

AGUIAR, W. M. J. & OZELLA, S. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, vol 38, número 133, p. 97-125, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v38n133/a05v38n133.pdf> Acesso em 12 de Maio de 2020.

ALBANESE, L. Um modelo de orientação profissional em grupo na escola pública. In: LEVENFUS, R. S. (Org.) **Orientação vocacional em contextos clínicos e educativos**. Porto Alegre: Artmed, p. 79-98, 2016.

AMBIEL, R. A. M. Avaliação psicológica em processos de orientação profissional e de carreira. In: LEVENFUS, R. S. (Org.) **Orientação vocacional em contextos clínicos e educativos**. Porto Alegre: Artmed, p.114-125, 2016.

AMBIEL, R. A. M.; CAMPOS, M. I.; CAMPOS, P.P.T.V.Z. Análise da Produção Científica Brasileira em Orientação Profissional: Um Convite a Novos Rumos. **Psico-USF**, vol 22, número 1, p.133-145, Abril, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=4010/401050855013>. Acesso em 12 de maio de 2020.

BASTOS, J. C. Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 31-43, 2005.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso: 02 jun.2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, A. J.; LAMAS, K. C. A. A orientação profissional como atividade transversal ao currículo escolar. **Estudos de Psicologia**, vol. 17, número 3, setembro-dezembro/2012, p. 461-468. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/15.pdf> . Acessos em 25 mar. 2020.

MARQUES, B. C. S.; OLIVEIRA, M. C.; MELO-SILVA, L. L. Escala de engajamento com a carreira (ECC). In: ANDRADE, A. L.; NUNES, M. F. O.; OLIVEIRA, M. Z.; AMBIEL, R. A. M. **Técnicas e medidas em orientação profissional e de carreira**. São Paulo: Vetor Editora, 2019, p.49-60.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

MELO-SILVA, L. L. Intervenção e avaliação em Orientação Profissional e de Carreira. In RIBEIRO, M. A.; MELO-SILVA, L. L. (Orgs.), **Compêndio de orientação profissional e de carreira: enfoques teóricos, contemporâneos e modelos de intervenção**, Vol. 2, p. 155-197. São Paulo, SP: Vetor, 2011.

MELO-SILVA, L. L.; MUNHOZ, I. M. S.; LEAL, M. S. Orientação profissional na educação básica como política pública no Brasil. **Rev. bras. orientac. prof.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 3-18, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902019000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 mar. 2020. <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n2p133>.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P.; SOARES, D. H. P.. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 31-52, dez. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jun. 2019.

MENSLIN, D. **A Pedagogia da Emoção** - Para educadores que educam através do coração. Curitiba/PR. Editora: MM, 2010.

MUNHOZ, I. M. S.; MELO-SILVA, L. L.; AUDIBERT, A. Educação para a carreira: pistas de intervenções na educação básica. In: LEVENFUS, R. S. (Org.) **Orientação vocacional em contextos clínicos e educativos**. Porto Alegre: Artmed, p. 41-63, 2016.

PASSARIN, N. M. Orientação profissional na escola pública não é um luxo, mas sim, uma necessidade. **O desafio da escola pública paranaense na perspectiva do professor Cadernos PDE**. Artigos, Vol. I, Governo do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unicentro_neocimaramintkewski.pdf. Acesso em 08 out. 2019.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: Summus, 1984.

RIBEIRO, M. A. Orientação profissional: Uma proposta de guia terminológico. In RIBEIRO, M. A.; MELO-SILVA, L. L. (Orgs.), **Compêndio de orientação profissional e de carreira: Perspectivas históricas e enfoques teóricos clássicos e modernos**, Vol. 1, p. 23-66. São Paulo, SP: Vetor, 2011.

SILVA, K. M.; LIMA, V. M. M. Papel da escola pública de ensino fundamental: encontros e desencontros entre a legislação e o contexto escolar. **Formação de Professores: Contextos, Sentidos e Práticas. EDUCERE**, 2017.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23378_11763.pdf

Acesso em 20 jan. 2020.

SILVA, L. G. M.; FERREIRA, T. J. O papel da escola e suas demandas sociais. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v.5, n.2, 2014. Disponível em:

<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>

Acesso em 20 jan. 2020.

ZIMERMAN, D.E.; OSÓRIO, L.C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Recebido: 20/5/2020.

Aceito:30/6/2020.

Sobre autoras e contato:

Janice Oliveira Teixeira Freitas – Professora na Rede de Educação Municipal de Manaus, trabalha com a educação básica e é graduanda finalista no curso de Psicologia da UFAM.

E-mail: jane_iaai@hotmail.com

Gisele Cristina Resende – Psicóloga, Dra. em Ciências: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo e Professora Adjunta no curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: giseleresende@ufam.edu.br